



**SIMULADO
ESPECIAL**

TJ SC

Analista Psicólogo
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Psicólogo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/nNQifHAgNFUvm2Gd7>

| | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4mISsAI>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. *“O ministro encerrou a audiência deixando registradas as condições do acordo.”*

A forma verbal de gerúndio **“deixando”** está empregada de forma correta.

Dentre as frases abaixo, assinale a única **incorreta** no uso do gerúndio.

- a) O pesquisador passou anos analisando os dados, reunindo evidências e construindo, gradualmente, a hipótese que sustentaria sua tese.
- b) A multidão atravessou a praça cantando, erguendo cartazes e protestando contra medidas consideradas arbitrárias.
- c) O diretor respondeu ao ofício, determinando a abertura de sindicância e apurando imediatamente as responsabilidades dos envolvidos.
- d) O candidato foi aprovado no concurso, assumindo o cargo na semana seguinte.
- e) O escritor permaneceu noites em claro revisando o manuscrito, cortando excessos e aperfeiçoando a estrutura narrativa.

2. *“O governo anunciou novas medidas para conter a inflação, mas o mercado reagiu com cautela ao pacote.”*

Nesse segmento, o termo **“pacote”** retoma o vocábulo anterior **“medidas”**, como uso hipocorístico (retomada por designação sintética). O mesmo ocorre na seguinte frase, em relação ao termo sublinhado:

- a) O pesquisador apresentou uma nova **teoria**, mas a proposta ainda precisava de comprovação empírica.
- b) O artista restaurou um antigo **violino**, porém o instrumento ainda exigia ajustes delicados.
- c) O tribunal analisou a **sentença**, embora a decisão tenha sido alvo de recursos posteriores.
- d) O jornalista descreveu a **tempestade**, mas o temporal já havia perdido intensidade.

e) O professor comentou a **gramática**, porque ela exige estudo constante.

3. Verbos abundantes são aqueles que admitem duas formas equivalentes de participio, uma regular e outra irregular.

Assinale a opção que só apresenta **verbos abundantes do participio**:

- a) suspender – expulsar – eger.
- b) trazer – sofrer – vencer.
- c) incluir – resolver – beber.
- d) romper – gastar – pedir.
- e) nascer – viver – abrir.

4. *“Na ciência, o que importa, muitas vezes, não é a hipótese inicial, mas a evidência que resiste à crítica. Uma teoria só permanece válida enquanto suporta refutações.”*

Sobre a estruturação desse pequeno texto, é correto afirmar que se trata de um texto

- a) narrativo-descritivo, cujo objetivo é relatar episódios da história da ciência.
- b) argumentativo, em que a tese apresentada está vinculada a uma condição.
- c) injuntivo, cujo propósito é instruir o leitor sobre procedimentos experimentais.
- d) expositivo, em que se apresentam informações neutras sem defesa de ponto de vista.
- e) puramente narrativo, marcado pela sucessão cronológica de acontecimentos.

5. Assinale a frase que apresenta ambiguidade por não se poder distinguir, com segurança, agente e paciente de uma ação:

- a) O diretor criticou o assessor durante a reunião.
- b) A escolha do representante gerou controvérsia.
- c) Pedro e Renato se cumprimentaram na entrada.
- d) Vi o suspeito correndo pela avenida.
- e) Convocar os servidores tornou-se urgente.

6. Observe a seguinte frase, dita por um pesquisador:
"O experimento falhou. Os dados foram revisados. Isso revela rigor metodológico."

Sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- a) as duas primeiras frases apresentam informações incompatíveis entre si.
- b) o significado desse pequeno fragmento é integralmente construído de forma explícita.
- c) entre as duas frases iniciais seria semanticamente adequada a conjunção **portanto**.
- d) o pronome **isso** refere-se apenas ao fato de o experimento ter falhado.
- e) a terceira frase introduz conclusão derivada das anteriores.

7. Todas as frases abaixo fazem propaganda de um automóvel; aquela que, em busca do convencimento do cliente, apela para a sua vaidade é:

- a) Sedan Aurora: mais tecnologia por menos custo.
- b) Para mais segurança e desempenho, use Sedan Aurora.
- c) Escolha de executivos exigentes: compre Sedan Aurora.
- d) Dirija o Sedan Aurora e seja notado por onde passar.
- e) Não enfrente imprevistos na estrada: tenha Sedan Aurora.

8. *"O relógio é um bicho que vive correndo sem sair do lugar. Tem duas mãos, mas não abraça ninguém. Fica olhando para a parede e mandando a gente dormir, acordar, sair correndo para a escola. Quando ele faz barulho cedo, ninguém gosta dele; quando atrasa, todo mundo reclama."*

O observador, que realiza uma descrição, não descreve tudo o que vê por causa de suas limitações; a limitação do observador do texto acima é proveniente:

- a) das condições físicas do ambiente em que se encontra o objeto descrito.
- b) do próprio referente, já que relógios são objetos tecnicamente difíceis de observar.
- c) de caráter psicológico, pois o observador distorce o objeto por razões subjetivas.
- d) de seu posicionamento, pois o ângulo de observação impede acesso a certos detalhes.
- e) de conhecimento, pois, sendo criança, não domina plenamente o referente descrito.

9. Em todas as frases abaixo ocorre o emprego do verbo haver; a frase em que esse verbo foi substituído por outro de sentido equivalente, de forma adequada, é:

- a) Havia muitos pesquisadores no auditório. / Permaneciam.
- b) Houve uma pane no sistema durante a madrugada. / Aconteceu.
- c) Ainda havia documentos sobre a mesa. / Restava
- d) Daqui a dois meses haverá nova eleição no conselho. / Surgirá.
- e) Há soluções para esse problema. / Existe

10. A frase em que os termos destacados podem ser compreendidos com um só significado, sem possibilidade de polissemia ou ambiguidade, é:

- a) Esses relatórios **pesaram muito** na decisão final.
- b) Clara tem **cabeça fria** em momentos difíceis.
- c) O conselho aprovou **a fundação** do novo instituto.
- d) O pesquisador voltou **para o laboratório** ao amanhecer.
- e) Renato acompanha **ainda hoje** os antigos mestres.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC*Tiago Zanolla*

- 11.** Camila, aprovada em concurso público para cargo efetivo no quadro de servidores civis do Estado de Santa Catarina, teve sua nomeação publicada no Diário Oficial em 3 de março. No vigésimo quinto dia após a publicação, sofreu acidente doméstico que a manteve internada por duas semanas, fato comprovado por laudo médico juntado aos autos do seu processo funcional. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.745/85 sobre posse e prazos a ela aplicáveis, assinale a alternativa correta.
- a) O prazo de trinta dias para posse, contado da publicação da nomeação no Diário Oficial, é improrrogável, de modo que a nomeação de Camila tornar-se-á automaticamente sem efeito caso ela não compareça até o trigésimo dia, ainda que comprovada a ocorrência de doença.
 - b) Comprovada a impossibilidade de comparecimento por motivo de doença, o prazo de posse poderá ser prorrogado até que cesse o impedimento.
 - c) O prazo de posse é de sessenta dias contados da publicação da nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias mediante requerimento fundamentado, em caso de doença devidamente comprovada por junta médica oficial.
 - d) A nomeação somente poderá ser tornada sem efeito após notificação pessoal ao interessado, não bastando o simples decurso do prazo legal contado da publicação, ainda que não comprovado qualquer motivo de força maior.
 - e) A superveniência de doença durante o prazo de posse transfere automaticamente a contagem do prazo para o momento da alta médica, independentemente de requerimento da interessada ou de ato formal da autoridade nomeante.
- 12.** Considerando as disposições da Lei Complementar estadual nº 639/2015 sobre o regime disciplinar dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.
- a) O processo administrativo disciplinar tramitará com a intervenção obrigatória da Procuradoria-Geral do Estado, cuja manifestação jurídica prévia constitui pressuposto de validade do ato final decisório proferido pela autoridade competente.
 - b) O poder disciplinar em relação aos servidores do quadro do Poder Judiciário é exercido, conforme as respectivas atribuições, pelo Presidente do Tribunal, pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelos Diretores do Foro e pelos Juízes, sobre os seus subordinados diretos.
 - c) As publicações de atos relativos ao processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário ocorrem obrigatoriamente no Diário Oficial do Estado, mantidas integralmente as regras originais da Lei Complementar estadual nº 491/2010 sem qualquer modificação.
 - d) O regime disciplinar definido pela Lei Complementar nº 639/2015 estende-se também aos notários e registradores catarinenses por delegação, aos quais se aplicam exatamente as mesmas regras previstas para os servidores efetivos do quadro do Poder Judiciário.
 - e) A Lei Complementar nº 639/2015 substitui integralmente a aplicação da Lei nº 6.745/1985 aos servidores do Poder Judiciário catarinense, afastando toda e qualquer norma estatutária estadual anterior que regule o regime funcional desses servidores.

13. Nesse cenário, considerando as disposições do art. 8º do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina sobre os critérios para criação, alteração, extinção ou classificação das comarcas, assinale a alternativa correta.

- a) Os índices mínimos para a classificação das comarcas são de 100 pontos para a 1ª entrância, 200 pontos para a 2ª entrância, 400 pontos para a 3ª entrância e 600 pontos para a 4ª entrância, conforme o rol expresso do caput do dispositivo.
- b) Atribui-se 1 ponto a cada 1.000 eleitores, sendo computado o coeficiente ainda que o total de eleitores seja inferior a 6.000, considerado o número efetivo apurado na respectiva comarca no momento da análise.
- c) Atribui-se 1 ponto a cada 100 km² de extensão territorial e 1 ponto a cada 1.000 habitantes, exigida, neste último item, população mínima de 20.000 habitantes como condição para que o coeficiente seja computado no cálculo do índice.
- d) Atribui-se 2 pontos por dezena de feitos judiciais, exigido movimento forense anual mínimo de 1.500 feitos judiciais, considerado o ano civil imediatamente anterior ao da classificação pretendida pela comarca interessada.
- e) O índice mínimo relativo à 4ª entrância corresponde a 300 pontos, mesmo valor exigido para a 3ª entrância, em razão da equiparação funcional entre as duas últimas categorias do sistema de organização judiciária catarinense.

14. Helena, servidora designada para elaborar estudo sobre a estrutura institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, precisa definir, com segurança, onde se localiza a sede do órgão, qual a extensão territorial de sua jurisdição e qual a espécie normativa responsável por fixar o número de desembargadores que compõem a Corte. Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense e é composto por desembargadores, em número definido por lei complementar, nos exatos termos do art. 3º do Regimento Interno.
- b) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense e é composto por desembargadores, em número definido por resolução do Tribunal Pleno aprovada por maioria absoluta dos seus membros.
- c) O Tribunal de Justiça tem sede em cidade designada por resolução do Órgão Especial, mantendo jurisdição em todo o território do Estado, sendo composto por desembargadores em número fixado em lei ordinária estadual de iniciativa da Corte.
- d) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, com jurisdição restrita à região metropolitana de Florianópolis, sendo composto por desembargadores em número definido pelo próprio Regimento Interno, mediante deliberação do Órgão Especial.
- e) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense, sendo o número de desembargadores fixado em lei ordinária estadual mediante proposta formulada pelo Presidente do Tribunal à Assembleia Legislativa.

- 15.** Matheus, assessor lotado na Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, recebeu determinação do Corregedor-Geral para elaborar ato de comunicação externa dirigido simultaneamente a doze cartórios extrajudiciais situados em comarcas distintas, tratando de providências operacionais a serem adotadas por todos os destinatários. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta quanto à espécie de ato a ser utilizada.
- a) Portaria, por se tratar de formalização de medida administrativa de alcance ampliado, dirigida simultaneamente a múltiplos cartórios extrajudiciais sob a supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
 - b) Circular, por se tratar de ato de divulgação de matéria normativa ou administrativa interna para conhecimento geral, inclusive quando dirigida a órgãos externos vinculados à supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça.
 - c) Ofício, por constituir ato de comunicação externa idôneo a transmitir determinações a terceiros, ainda que endereçado simultaneamente a mais de um destinatário, em razão da unidade do conteúdo veiculado na mensagem.
 - d) Ofício circular, por se tratar de ato de comunicação externa dirigido simultaneamente a mais de um destinatário, enquadrando-se na descrição expressa do inciso V do art. 2º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
 - e) Ordem de serviço, por veicular determinação acerca da maneira de conduzir os serviços cartorários extrajudiciais, transmitida simultaneamente a todos os cartórios destinatários da providência operacional adotada pela Corregedoria.
- 16.** Esse cenário, considerando as disposições dos arts. 15 e 16 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina sobre as modalidades de concretização da função correicional e sobre a realização das inspeções, assinale a alternativa correta.
- a) A função correicional concretiza-se exclusivamente por meio de inspeções, cabendo à Corregedoria-Geral da Justiça deliberar sobre a realização de correições e visitas técnicas apenas em caráter complementar e de forma discricionária.
 - b) A inspeção ordinária é designada a qualquer tempo, por deliberação do Corregedor-Geral da Justiça, independentemente de sua prévia inclusão no calendário anual publicado até 15 de fevereiro de cada ano pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
 - c) A inspeção periódica, denominada autoinspeção, é realizada no mês de fevereiro de cada ano, sob a coordenação direta do Corregedor-Geral da Justiça, dispensada a participação do magistrado responsável pela unidade judicial envolvida nos trabalhos.
 - d) A inspeção permanente é realizada de forma contínua e assídua pela Corregedoria-Geral da Justiça em relação a todos os serviços do Estado, bem como pelo magistrado, em relação à unidade judicial pela qual é responsável.
 - e) As inspeções ordinária e extraordinária serão realizadas preferencialmente de maneira presencial, destinando-se a modalidade virtual apenas às unidades indicadas pelo Corregedor-Geral da Justiça e/ou que demonstrem desempenho insuficiente nos indicadores de eficiência.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Rodrigo Bet*

- 17.** Acerca da Comissão de Ética e Conduta do Poder Judiciário de Santa Catarina, assinale a alternativa correta:
- a) É composta por 5 membros, eleitos por voto direto.
 - b) Os membros eleitos para mandato de 3 anos.
 - c) Em caso de empate na votação, a classificação favorece o candidato mais jovem.
 - d) Os membros não recebem remuneração adicional pelo exercício das funções no colegiado.
 - e) As decisões são tomadas por maioria simples dos membros presentes.
- 18.** Ricardo, servidor municipal, por evidente negligência, deixou de conferir a validade de um lote de medicamentos. Os insumos venceram, gerando um prejuízo de R\$ 80.000,00 ao erário. Com base na Lei n. 8429/92 atualizada, assinale a alternativa correta:
- a) Configura ato de improbidade por lesão ao erário (Art. 10), devido à perda patrimonial efetiva.
 - b) Ricardo deve responder por improbidade culposa, sujeito ao ressarcimento e à perda da função.
 - c) A omissão caracteriza improbidade contra os princípios da administração por violação do dever de zelo.
 - d) Ricardo não responderá por improbidade, pois a lei exige dolo específico, sendo atípica a modalidade culposa.
 - e) A responsabilidade é objetiva, bastando o nexo entre a negligência e o prejuízo para aplicar as sanções.

GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO*Elisabete Moreira*

- 19.** O Diretor de Planejamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina observa que sua equipe de analistas é composta por profissionais altamente experientes, com elevado grau de autonomia e que executam tarefas complexas e ambíguas. Buscando melhorar os resultados e motivar sua equipe, o Diretor decide adotar um estilo de liderança diretivo. Nesse caso, segundo a Teoria do Caminho-Meta (*Path-Goal Theory*) de Robert House, a postura do Diretor é considerada:
- a) Eficaz, pois tarefas ambíguas exigem uma liderança diretiva.
 - b) Ineficaz, pois o estilo diretivo é percebido como redundante e pode reduzir a satisfação.
 - c) Adequada, visto que profissionais experientes requerem um estilo de líder diretivo.
 - d) Eficaz para o estilo de liderança orientado para conquistas, que foca no estabelecimento de metas desafiadoras e no controle estrito dos processos.
 - e) Inapropriada, pois a teoria defende que, para tarefas complexas, o estilo possível é o de liderança liberal (*laissez-faire*), delegando a decisão ao grupo.
- 20.** Ao realizar um diagnóstico cultural, o diretor de RH do TJ-SC percebeu que, embora o discurso oficial da Presidência e os manuais de ética do órgão, expostos nos corredores, enfatizem a inovação e agilidade, os servidores mais antigos mantinham uma convicção inconsciente de que qualquer mudança seria perigosa e o cumprimento das regras e normas era o único caminho para o atendimento da legalidade. Segundo a classificação de Edgar Schein, o cenário descrito demonstra um conflito entre os seguintes níveis da cultura:
- a) Artefatos e Valores Compartilhados.
 - b) Valores Compartilhados e Pressuposições Básicas.
 - c) Artefatos e Valores Compartilhados.
 - d) Clima Organizacional e Cultura Dominante.
 - e) Subculturas e Contraculturas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Emannuelle Gouveia

21. No Windows 10 ou 11, o Explorador de Arquivos permite ao usuário organizar arquivos e pastas. Ao utilizar o recurso “Mover para”, o sistema realiza:

- a) A criação de uma cópia do arquivo na pasta de destino, mantendo o original na pasta de origem.
- b) A exclusão permanente do arquivo selecionado, sem possibilidade de recuperação.
- c) A transferência do arquivo para outra pasta, removendo-o da localização original.
- d) A compactação automática do arquivo antes de enviá-lo para o destino.
- e) A conversão do arquivo para outro formato compatível com a pasta de destino.

22. Em redes de computadores, o protocolo HTTP é utilizado para:

- a) Transferir arquivos entre computadores por meio de conexão segura com criptografia nativa obrigatória.
- b) Traduzir nomes de domínio em endereços IP para localização de servidores.
- c) Estabelecer comunicação entre páginas web e navegadores por meio de requisições e respostas.
- d) Controlar o envio de e-mails entre servidores de correio eletrônico.
- e) Gerenciar automaticamente o endereçamento físico (MAC) dos dispositivos na rede.

23. Em segurança da informação, uma boa prática para proteção de contas de usuários em sistemas corporativos é:

- a) Utilizar a mesma senha em diferentes sistemas para facilitar o acesso.
- b) Compartilhar credenciais com colegas de equipe em caso de ausência.
- c) Desativar atualizações automáticas para evitar mudanças inesperadas no sistema.

d) Anotar senhas em arquivos de texto não protegidos para fácil consulta.

e) Ativar autenticação multifator (MFA) para adicionar uma camada extra de verificação.

24. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o titular dos dados pessoais possui direitos em relação ao tratamento de suas informações. Nesse contexto, é um direito assegurado ao titular:

- a) Solicitar a exclusão de dados pessoais mesmo quando houver obrigação legal de mantê-los.
- b) Exigir o tratamento de dados pessoais sem qualquer finalidade específica definida.
- c) Impedir o controlador de adotar medidas de segurança sobre os dados armazenados.
- d) Solicitar a confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais.
- e) Negar livremente o compartilhamento de seus dados entre quaisquer organizações.

25. No Microsoft Word, ao aplicar uma quebra de página manual em um documento, o efeito dessa ação é:

- a) Dividir o texto em colunas automaticamente, ajustando o layout da página.
- b) Forçar o conteúdo seguinte a iniciar na próxima página, independentemente do espaço restante.
- c) Inserir uma nova seção com configurações independentes de formatação.
- d) Excluir todo o conteúdo após o ponto onde a quebra foi inserida.
- e) Ajustar automaticamente as margens do documento para caber mais texto na mesma página.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA*Géssica Ehle*

26. Um professor de Direitos Humanos, ao preparar seu material didático, decide elaborar uma questão sobre a hierarquia das normas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro após a EC 45/2004. Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o ingresso de tratados internacionais de direitos humanos no direito interno brasileiro:

- a) Confere-lhes, de forma automática, natureza de norma supraconstitucional, desde que ratificados pelo Presidente da República.
- b) Atribui-lhes equivalência de emenda constitucional, caso sejam aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Garante-lhes invariavelmente o status de lei ordinária, uma vez que a Constituição Federal não admite normas internacionais com força de norma constitucional.
- d) Ocorre por meio de processo monofásico, sendo a assinatura do Chefe do Executivo suficiente para a vinculação definitiva do Estado brasileiro.
- e) Resulta em natureza supralegal, independentemente do quórum de aprovação, por se tratar de matéria de direitos humanos.

27. A doutrina clássica e contemporânea dos Direitos Humanos estabelece características fundamentais que orientam sua aplicação. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação tecnicamente incorreta:

- a) A indivisibilidade dos direitos humanos pressupõe a inexistência de hierarquia entre direitos civis, políticos, sociais ou culturais, formando um conjunto unitário.
- b) A característica da inalienabilidade impede a transmissão ou a atribuição de valor econômico-comercial aos direitos humanos.

c) A universalidade estabelece que o sujeito de direitos é a pessoa humana em sua essência, independentemente de particularidades culturais ou geográficas.

d) A imprescritibilidade determina que o exercício dos direitos humanos deve ocorrer em prazo determinado por lei, sob pena de perda da pretensão punitiva.

e) O princípio da complementaridade orienta que os tratados e normas devem ser interpretados de forma conjunta para maximizar a proteção da dignidade humana.

28. Analise as proposições abaixo acerca da proteção jurídica conferida à população LGBTQIAPN+ no Brasil:

- I. O direito à alteração do nome social e do gênero no registro civil é garantido mediante procedimento administrativo, dispensando-se a comprovação de cirurgia de transgenitalização ou laudos psicológicos.
- II. O ordenamento jurídico brasileiro, por meio de entendimento vinculante dos tribunais superiores, reconhece o casamento civil e a união estável homoafetiva, sendo assegurado o direito à adoção por esses casais.
- III. A homotransfobia é tipificada como crime de racismo, de forma residual, até que sobrevenha legislação específica do Congresso Nacional sobre a matéria.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

29. No sistema jurídico brasileiro, apenas determinados tratados internacionais de direitos humanos possuem status equivalente ao de Emenda Constitucional. Assinale a opção que contém exemplos que preenchem esse requisito:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Convenção Interamericana contra o Racismo.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Tratado de Marraqueche.
- d) Convenção contra a Tortura e outros Tratados de Direitos Humanos assinados antes de 2004.
- e) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e Declaração Universal de 1948.

30. No que concerne às políticas judiciárias de inclusão e ao papel do Poder Judiciário na promoção dos direitos fundamentais, o acesso à justiça é compreendido não apenas como o ingresso em juízo, mas como a garantia de uma ordem jurídica justa. Sobre a gratuidade de justiça e a assistência jurídica integral e gratuita, assinale a opção correta à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita apenas aos cidadãos brasileiros que comprovarem insuficiência de recursos, excluindo-se os estrangeiros não residentes, em razão do princípio da soberania nacional.
- b) A concessão do benefício da justiça gratuita a pessoas jurídicas com fins lucrativos é automática, bastando a simples declaração de insuficiência de recursos firmada pelo representante legal.
- c) O direito ao acesso à justiça é um direito fundamental de eficácia plena, o que impede o legislador de estabelecer requisitos processuais, como o esgotamento da via administrativa, antes do ingresso no Poder Judiciário.
- d) A assistência jurídica integral e gratuita, prevista no Art. 5º, LXXIV da CF, é um dever do Estado que abrange não apenas a isenção de taxas judiciárias, mas também a prestação de orientação jurídica e a defesa em todos os graus, preferencialmente pela Defensoria Pública.
- e) A gratuidade de justiça, por ser um instrumento de equalização social, impede que o magistrado condene o beneficiário ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais, sendo vedada a cobrança dessas verbas mesmo que o réu deixe de ser hipossuficiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO***Priscila Batista*

31. Paula foi encaminhada para avaliação psicológica no contexto escolar. Considerando a teoria de Jean Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo e seus estágios, a intervenção/encaminhamento mais adequado para favorecer sua aprendizagem e adaptação escolar pode ser prestado

- a) por meio de atividades de assimilação com desafios graduais de situações-problema, promovendo reequilíbrio cognitiva.
- b) por meio de situações-problema cuidadosamente estruturadas pelo adulto, nas quais Paula reproduz estratégias-modelo já demonstradas, consolidando a aprendizagem pela imitação e pela repetição progressiva.
- c) por meio de situações-problema acompanhadas de reforços externos sistemáticos (elogios, pontos e recompensas), de modo que a aprendizagem seja estabilizada pela associação entre resposta correta e consequências positivas.
- d) por meio de situações-problema utilizadas como via para interpretar conflitos emocionais subjacentes, compreendendo que a dificuldade de aprendizagem decorre principalmente de conteúdos inconscientes que interferem na adaptação.
- e) por meio de situações-problema apresentadas em sequência fixa, priorizando a explicação verbal do professor e a memorização de regras, por se tratar de um caminho eficiente para internalizar operações cognitivas.

32. O desenvolvimento cognitivo descrito por Jean Piaget inclui estágios sucessivos, cada qual com formas típicas de pensar e resolver problemas. Em especial, a capacidade de raciocínio abstrato e hipotético-dedutivo, que tende a se consolidar a

partir da adolescência, corresponde ao estágio denominado como

- a) sensório-motor.
- b) pré-operatório.
- c) operatório concreto.
- d) operatório formal.
- e) operatório complexo.

33. Lucas tem 10 anos, mudou-se recentemente para uma nova cidade e passou a frequentar uma escola em que as atividades de leitura e escrita já estão bem avançadas para sua turma. Nas primeiras semanas, ele evita participar, fica apreensivo diante das tarefas e diz “não consigo”, embora, quando recebe ajuda, consiga resolver partes do que é solicitado. A equipe escolar cogita encaminhá-lo para avaliação psicológica.

À luz de Vygotsky, assinale a afirmativa correta.

- a) A avaliação deve mapear o que Lucas realiza de forma independente, pois o desenvolvimento se expressa nas funções já consolidadas, e a aprendizagem se apoia nesse nível.
- b) A avaliação deve relacionar idade e ano escolar para estimar o nível esperado, considerando que essa relação permite inferir a Zona de Desenvolvimento Proximal e orientar condutas.
- c) A avaliação deve investigar o que Lucas realiza com ajuda de adulto ou pares, delimitando sua Zona de Desenvolvimento Proximal, para planejar mediações e apoios graduais que promovam aprendizagem e desenvolvimento.
- d) A avaliação deve confirmar um diagnóstico individual como explicação da dificuldade, considerando que o sofrimento emocional determina o desempenho, independentemente das mediações escolares.
- e) A avaliação deve reduzir intervenções pedagógicas e observar a aprendizagem espontânea, considerando que a mediação docente tende a interferir na construção do conhecimento.

34. Os estudos de Henri Wallon sobre o desenvolvimento humano destacam a integração entre afetividade, motricidade, cognição e meio social na constituição da pessoa.

Sobre a teoria walloniana, avalie as afirmativas a seguir:

- I. A afetividade tem papel estruturante no desenvolvimento, atuando como forma inicial de relação com o meio e influenciando a constituição do pensamento.
- II. O desenvolvimento ocorre de modo dialético, com alternâncias e integrações entre dimensões afetivo-motoras e cognitivas, em estreita interação com o contexto social.
- III. A cognição se desenvolve de maneira autônoma em relação à afetividade e ao meio social, de modo que emoções não interferem nos processos de aprendizagem.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

35. A teoria psicosssexual de Freud descreve fases do desenvolvimento em que a libido se organiza em torno de zonas erógenas e de conflitos específicos. Quando esses conflitos não são suficientemente elaborados, pode haver fixação (ou regressão), com repercussões na personalidade e em sintomas na vida adulta.

Caracterizada fixação na fase anal (aproximadamente entre 1 e 3 anos), o sujeito poderá

- a) desenvolver padrões de caráter ligados a controle e retenção, como ordem excessiva, parcimônia/avareza e obstinação, associados à temática anal.
- b) apresentar traços predominantes de dependência, passividade e busca de gratificação oral como modo central de relação com o outro.
- c) manifestar, como eixo principal, conflitos edípicos com intensa culpa e inibições ligadas à rivalidade e à autoridade.
- d) organizar seu funcionamento psíquico com redução do interesse sexual e maior investimento em aprendizagens formais por predominância do período de latência.
- e) alcançar, como expressão típica, integração genital madura e capacidade relacional estável, sem marcas relevantes de fixação prévia.

36. A teoria do desenvolvimento psicosssexual de Freud descreve fases pelas quais a libido se organiza ao longo da infância e adolescência. De acordo com essa teoria, assinale as alternativas a seguir que correspondem a fases do desenvolvimento psicosssexual, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) fase oral.
- b) fase anal.
- c) fase fálica.
- d) fase genital.
- e) fase edípica.

37. Com base nas teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, assinale a opção que apresenta corretamente uma diferença central entre Piaget e Vygotsky.

- a) Para Piaget, a aprendizagem mediada socialmente impulsiona o desenvolvimento; para Vygotsky, o desenvolvimento ocorre por estágios universais e a aprendizagem depende do nível já alcançado.
- b) Para Piaget, o desenvolvimento se organiza em estágios e a aprendizagem se apoia nas estruturas já construídas pela ação do sujeito; para Vygotsky, a aprendizagem mediada socialmente pode impulsionar o desenvolvimento, especialmente na Zona de Desenvolvimento Proximal.
- c) Para Piaget, o desenvolvimento depende do ensino direto e da transmissão cultural; para Vygotsky, o conhecimento se constrói sem mediação, pela exploração individual do objeto.
- d) Para Piaget, o conhecimento resulta da internalização de instrumentos culturais e da linguagem; para Vygotsky, o desenvolvimento decorre da maturação biológica e independe do contexto histórico-social.
- e) Para Piaget, a linguagem é o motor do desenvolvimento; para Vygotsky, a linguagem não reorganiza as funções psicológicas superiores e tem papel periférico na aprendizagem.

38. Os estágios do desenvolvimento de Henri Wallon descrevem alternâncias entre predominância afetiva e cognitiva, articulando motricidade, emoção e relação social na constituição da pessoa. Um marco importante nesse percurso é o momento em que a criança passa a afirmar sua identidade, com oposição, negativismo e busca de autonomia, em intensa relação com o outro.

A etapa do desenvolvimento walloniano caracterizada por crise de oposição, afirmação do eu e forte oscilação afetiva é o estágio

- a) impulsivo-emocional.
- b) sensório-motor e projetivo.
- c) personalismo.

- d) categorial.
- e) adolescência.

39. Seu Antônio, 74 anos, aposentado, refere “esquecimentos” recentes, como perder objetos e repetir perguntas, mas mantém autonomia para finanças, medicação e deslocamentos. A família relata que ele ficou mais lento para aprender a usar um novo aplicativo do banco e, por isso, passou a anotar passos e a pedir que o neto o acompanhe nas primeiras tentativas. Apesar disso, continua ativo em um grupo de leitura e relata satisfação por conseguir “dar conta do que importa”.

Com relação à situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O caso indica transtorno neurocognitivo maior, pois a queixa de memória na velhice implica perda de autonomia.
- b) O caso é compatível com envelhecimento bem-sucedido, pois mostra manutenção de participação social e propósito.
- c) O caso demonstra que a aprendizagem de novas habilidades na velhice é inviável, sendo necessário ampliar atividades cognitivamente exigentes para evitar sofrimento.
- d) O caso confirma que a autonomia do idoso depende de terceiros, sendo inadequado incentivar o uso de recursos como anotações, por reforçar dependência.
- e) O caso caracteriza demência por comprometimento de atividades instrumentais, já que pedir ajuda ao neto evidencia incapacidade funcional estabelecida.

40. Durante uma consulta de puerpério (5º dia após o parto), Camila, 22 anos, relata choro fácil, irritabilidade, labilidade emocional e ansiedade, com dificuldade para dormir mesmo quando o bebê dorme. Diz que “se sente culpada por não estar feliz o tempo todo”, mas mantém o cuidado básico com o recém-nascido e nega delírios, alucinações ou desorganização importante do pensamento.

Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) O quadro é compatível com baby blues, condição frequente e autolimitada do pós-parto; recomenda-se escuta qualificada, suporte, orientação à rede e monitoramento para sinais de persistência ou agravamento.
- b) O quadro sugere início de psicose puerperal, uma vez que insônia e labilidade afetiva podem anteceder alterações mais graves; a conduta indicada é manejo como urgência psiquiátrica independentemente de sintomas psicóticos atuais.
- c) O quadro preenche critérios para depressão pós-parto, pois a presença de choro, culpa e irritabilidade no puerpério inicial são características de episódio depressivo, sendo indicada farmacoterapia como conduta de primeira linha.
- d) O quadro aponta para transtorno de ansiedade no pós-parto, dado o predomínio de ansiedade e insônia.
- e) O quadro corresponde a reação de ajustamento ao puerpério, sem necessidade de acompanhamento sistemático, já que a manutenção dos cuidados com o bebê indica ausência de sofrimento clinicamente relevante.

PSICOLOGIA CLÍNICA E AVALIAÇÃO I

Priscila Batista

41. Assinale a opção que indica as principais diferenças entre os objetos e a abordagem da psicoterapia de orientação analítica e da psicanálise.
- a) A psicoterapia de orientação analítica tem como objeto os conflitos atuais do paciente, em uma abordagem adaptativa, enquanto a psicanálise tem como objeto a interpretação do inconsciente, em uma abordagem pedagógica.
 - b) A psicoterapia de orientação analítica tem como objeto a remissão sintomática, em uma abordagem breve, enquanto a psicanálise tem como objeto a reorganização emocional do paciente, em uma abordagem de apoio.
 - c) A psicoterapia de orientação analítica tem como objeto o comportamento manifesto do paciente, em uma abordagem diretiva, enquanto a psicanálise tem como objeto os conflitos intrapsíquicos, em uma abordagem educativa.
 - d) A psicoterapia de orientação analítica tem como objeto os conflitos psíquicos e os padrões relacionais do paciente, em um enquadre clínico mais flexível, enquanto a psicanálise tem como objeto a análise mais extensiva da vida psíquica inconsciente, em um enquadre menos diretivo.
 - e) A psicoterapia de orientação analítica tem como objeto o ajustamento do indivíduo à realidade, em uma abordagem pragmática, enquanto a psicanálise tem como objeto a supressão dos sintomas, em uma abordagem clínica de aconselhamento.

42. Marina, 29 anos, é advogada e vem apresentando sofrimento psíquico persistente, com angústia intensa, pensamentos recorrentes, dificuldades em seus relacionamentos e sintomas que se repetem mesmo quando tenta afastá-los da consciência.

Considerando a teoria psicanalítica sobre a neurose, é correto afirmar que Marina tende a

- a) expressar um conflito intrapsíquico em formações como sintomas, inibições e ansiedade, preservando, em regra, sua referência à realidade.
- b) romper com a realidade objetiva, substituindo-a por uma reconstrução delirante mais compatível com seus desejos inconscientes.
- c) organizar seu funcionamento psíquico pela eliminação do recalque, o que impede a formação de compromisso.
- d) apresentar supressão estável da divisão psíquica, sem tensão entre desejo, defesa e censura.
- e) desenvolver desagregação primária do pensamento, com perda do juízo de realidade como manifestação central.

43. No campo da teoria psicanalítica, diversos mecanismos de defesa participam do funcionamento do aparelho psíquico e podem ser identificados a partir do modo como o sujeito lida com conteúdos que produzem conflito e angústia.

As opções a seguir apresentam características da formação reativa, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A adoção de atitudes e condutas manifestas de sentido oposto a impulsos que o sujeito não admite em si.
- b) A expressão exagerada de comportamentos socialmente valorizados que se contrapõem a tendências internas conflitivas.
- c) A transformação de moções pulsionais inaceitáveis em posicionamentos conscientes contrários ao seu conteúdo.
- d) A retirada do investimento psíquico de representações dolorosas, com desligamento afetivo em relação a elas.

e) A assunção rígida de traços morais, afetivos ou relacionais que operam defensivamente contra desejos repudiados.

44. Melanie Klein desenvolveu formulações decisivas para a psicanálise de crianças, atribuindo especial importância a certos recursos presentes no setting analítico infantil. Em atendimento clínico, a observação desses recursos permite ao analista acompanhar o modo como a criança organiza suas ansiedades, fantasias e relações objetais.

De acordo com a teoria de Melanie Klein, é correto afirmar que o brincar

- a) constitui recurso auxiliar de observação do comportamento infantil, com função interpretativa relevante no processo analítico.
- b) deve ser compreendido como atividade predominantemente adaptativa, voltada à socialização progressiva da criança no enquadre terapêutico.
- c) corresponde, na análise de crianças, a uma via privilegiada de expressão do mundo interno, permitindo acesso clínico às fantasias inconscientes e aos conflitos psíquicos.
- d) substitui a necessidade de interpretação, uma vez que a atividade lúdica evidencia de modo completo e direto o conteúdo inconsciente.
- e) expressa, em regra, conteúdos conscientes organizados pela criança, razão pela qual seu valor clínico depende do relato verbal posterior.

45. A teoria de Melanie Klein sobre o desenvolvimento emocional primitivo inclui conceitos importantes relacionados às posições que organizam o funcionamento psíquico inicial.

De acordo com sua teoria sobre essas posições, é correto afirmar que

- a) a posição esquizoparanoide caracteriza-se pela integração estável do objeto total e pela diminuição da ansiedade persecutória.
- b) a posição depressiva caracteriza-se pela percepção cindida do objeto, vivido alternadamente como totalmente bom ou totalmente mau.
- c) a posição depressiva exclui a presença de defesas primitivas, pois representa superação definitiva das angústias arcaicas.
- d) a posição esquizoparanoide corresponde ao predomínio da reparação, da ambivalência integrada e da culpa em relação ao objeto amado.
- e) a posição depressiva envolve maior integração do objeto, preocupação com o dano fantasiado e mobilização de impulsos reparadores.

46. Donald Winnicott formulou contribuições centrais para a psicanálise, especialmente no que se refere ao amadurecimento emocional, ao ambiente e à constituição do self. Avalie se as seguintes afirmativas, de acordo com sua teoria, estão corretas:

- I. O holding refere-se ao conjunto de cuidados ambientais que sustenta a continuidade de ser do bebê.
- II. O objeto transicional situa-se na área intermediária de experiência, não sendo reconhecido apenas como realidade interna nem apenas como realidade externa.
- III. O falso self constitui organização defensiva que pode surgir quando há submissão excessiva do gesto espontâneo às exigências ambientais.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

e) I, apenas.

PSICOLOGIA CLÍNICA E AVALIAÇÃO II

Thayse Duarte

47. No âmbito de uma Vara da Infância, o psicólogo Eduardo é designado para realizar o psicodiagnóstico de um adolescente em acolhimento institucional. Eduardo planeja estruturar o processo baseando-se no referencial teórico de Hutz e Cunha. Nesse contexto, a respeito das definições e limites da avaliação psicológica e do psicodiagnóstico, é correto afirmar que:

- a) O psicodiagnóstico é um processo amplo e atemporal que utiliza técnicas e testes exclusivamente para a obtenção de um diagnóstico descritivo, sendo vedada a formulação de indicações terapêuticas.
- b) A testagem psicológica e a avaliação psicológica são conceitos sinônimos na prática clínica atual, referindo-se ambas ao processo de integrar fontes de informações aprovadas pelo SATEPSI.
- c) O psicodiagnóstico é um procedimento científico de investigação e intervenção clínica, com tempo limitado, que emprega técnicas fundamentadas em uma orientação teórica visando um diagnóstico e eventuais encaminhamentos.
- d) A avaliação psicológica resume-se à aplicação de testes padronizados com o intuito de levantar dados estritamente quantitativos, excluindo métodos compreensivos como a observação lúdica.
- e) O psicodiagnóstico exige que a hipótese diagnóstica seja formulada antes do contato inicial com o avaliando, utilizando o motivo manifesto do encaminhamento como base determinística.

48. Durante a etapa de seleção de instrumentos para uma avaliação no contexto cível, uma psicóloga decide utilizar uma combinação de métodos. De acordo com a Resolução CFP nº 31/2022 e a classificação das fontes de informação na avaliação psicológica, assinale a opção correta.

- a) As técnicas projetivas, por seu caráter subjetivo e de resposta livre, são consideradas fontes complementares de informação.
- b) A psicóloga deve basear sua decisão obrigatoriamente nas fontes fundamentais, que compreendem testes psicológicos aprovados pelo SATEPSI, entrevistas psicológicas e observação sistemática.
- c) Protocolos e registros de observação são considerados recursos auxiliares (fontes complementares), assim como documentos de equipes multiprofissionais.
- d) Testes com parecer desfavorável no SATEPSI podem ser utilizados como fonte fundamental, desde que complementados por uma entrevista estruturada rigorosa.
- e) A validade de um teste utilizado na avaliação refere-se à sua capacidade de constância de resultados quando aplicado repetidamente no mesmo sujeito, fator essencial na escolha das fontes.

49. Um perito psicólogo precisa realizar o diagnóstico diferencial entre uma crise epiléptica e uma crise dissociativa/conversiva (anteriormente denominada "crise histérica") em uma jovem que apresentou episódios paroxísticos após intenso conflito familiar. Com base nos conhecimentos psicopatológicos e semiológicos (Dalgalarondo, 2019), assinale o achado que sugere fortemente tratar-se de uma **crise dissociativa/conversiva**.

- a) A presença de confusão mental profunda, obnubilação, tontura e cefaleia intensa logo após o fim da crise.
- b) A instalação abrupta da crise, ocorrendo preferencialmente enquanto a paciente está dormindo ou completamente sozinha.

- c) A manifestação da crise com a paciente mantendo os olhos fechados e uma duração temporal mais longa que a de uma crise epiléptica típica.
- d) A atividade motora bilateral acompanhada de alteração ou perda total da consciência e hipertonia generalizada.
- e) A ocorrência frequente de liberação de esfíncteres e perda de urina durante o episódio.

50. O juízo solicita uma avaliação da personalidade de um indivíduo em um litígio. O psicólogo decide empregar métodos e testes que assegurem o levantamento fidedigno de dados. Considerando a psicometria e os parâmetros para analisar a qualidade dos testes psicológicos, é correto afirmar que a **validade de construto** refere-se à:

- a) Capacidade de um teste em prever com precisão o desempenho futuro do sujeito em atividades laborais.
- b) Constância e repetibilidade dos escores brutos de um indivíduo quando submetido a múltiplas aplicações.
- c) Eficácia na qual a coleta de informações pelo teste e sobre o critério de avaliação externo ocorrem de maneira simultânea.
- d) Capacidade do teste de medir um conceito abstrato e pesquisar as qualidades psicológicas latentes que o instrumento se propõe a avaliar.
- e) Adequação dos itens do teste para verificar concretamente o que está sendo medido, não requerendo tratamento estatístico.

51. A entrevista motivacional (EM) tornou-se uma prática de grande relevância, inclusive no acompanhamento de indivíduos envolvidos com a Justiça. O juiz questiona o psicólogo sobre as bases dessa prática para aplicá-la a dependentes químicos que cumprem medidas alternativas. Segundo a literatura sobre EM e o Modelo Transteórico, assinale a opção correta.
- a) A EM baseia-se em interpretações psicanalíticas profundas para que o sujeito confronte sua negação em relação ao vício.
 - b) Na fase de "Contemplação", o sujeito já tomou a decisão de mudar o comportamento e elabora estratégias de ação ativa.
 - c) A ambivalência é considerada uma barreira patológica que deve ser confrontada de forma direta e prescritiva pelo profissional.
 - d) Trata-se de um estilo de conversa colaborativa focada em evocar os próprios motivos do cliente para a mudança, utilizando o reforço positivo como apoio autêntico.
 - e) O papel do profissional na EM é neutro e passivo, evitando o aconselhamento, mesmo quando solicitado, para não interferir na autoeficácia do cliente.
52. Um menino de 8 anos foi encaminhado para avaliação psicológica por apresentar irritabilidade frequente, fala excessivamente acelerada, comportamento de risco frequente e distração. O psicólogo tem a tarefa de realizar o diagnóstico diferencial entre Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e um Episódio de Mania na Infância. Qual das manifestações clínicas a seguir é considerada **frequente ou muito frequente na Mania**, mas **rara ou muito rara no TDAH**, ajudando a fechar o diagnóstico diferencial?
- a) Distraibilidade e humor irritável contínuos.
 - b) Aceleração do pensamento (fuga de ideias), elevação do humor (euforia) e grandiosidade.
 - c) Comportamento de risco e explosões de raiva.
 - d) Hiperatividade enérgica ao longo do dia com curso crônico e não episódico.
 - e) Comorbidade com Transtornos Opositivos Desafiadores (TOD).
53. Em relação ao processo de avaliação de funções cognitivas no contexto de testes psicométricos (como BPR-5, BPA-2 e Palográfico), e sua natureza no SATEPSI, assinale a afirmação correta.
- a) O Teste Palográfico é um teste exclusivamente psicométrico que foca no fator *G* de inteligência.
 - b) Testes projetivos e expressivos, por sua natureza idiográfica, estão atualmente em uso desfavorável no SATEPSI e não podem compor laudos no judiciário.
 - c) Os testes psicológicos medem ou descrevem variáveis através de amostragem de comportamento, devendo a avaliação integrar esses dados quantitativos ou qualitativos às entrevistas e observações.
 - d) O ensino da correção e tabelas de testes psicológicos em modalidade de Ensino a Distância (EAD) foi regulamentado pelo CFP para viabilizar a atualização de peritos judiciais.
 - e) A validade concorrente de um teste de personalidade avalia se os estímulos escolhidos são visualmente compatíveis com a população.

**PSICOLOGIA JURÍDICA E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Thayse Duarte

54. O processo de psicodiagnóstico clínico pode ter diversos objetivos que variam conforme as perguntas formuladas inicialmente. Quando o psicólogo investiga irregularidades ou inconsistências no quadro sintomático para distinguir entre alternativas diagnósticas, níveis de funcionamento ou a natureza de uma patologia (ex: sintomas de afonia causados por estresse intenso vs. afasia de origem neurológica), ele está atuando com o objetivo de:

- a) Avaliação Compreensiva.
- b) Entendimento Dinâmico.
- c) Classificação Simples.
- d) Diagnóstico Diferencial.
- e) Prevenção.

55. Em uma ação de regulamentação de convivência e guarda, o juiz nomeia Marcelo como psicólogo perito. A mãe da criança contrata a psicóloga Helena como sua assistente técnica. Helena solicita formalmente a Marcelo para acompanhar as entrevistas que ele realizará com a criança e com o pai. Com base na Resolução CFP nº 008/2010, o perito Marcelo deve:

- a) Autorizar a presença de Helena, pois a atuação multiprofissional exige transparência, e ela garantirá o contraditório durante os atendimentos.
- b) Recusar a presença de Helena durante seus procedimentos metodológicos, uma vez que o assistente técnico não deve estar presente nos atendimentos do perito e vice-versa, evitando interferências.
- c) Autorizar a presença, condicionada a que Helena não formule perguntas à criança durante as sessões, atuando apenas como observadora silenciosa.
- d) Recusar a presença de Helena, pois a Resolução veda completamente o diálogo ou a formulação de quesitos do assistente técnico para o perito.

e) Solicitar autorização do juiz da causa para que a escuta seja realizada de forma conjunta, de modo a produzir um laudo pericial único assinado por ambos.

56. Michel Foucault trouxe profundas contribuições teóricas à Psicologia Sociojurídica, especialmente em obras como *Vigiar e Punir*. Foucault argumenta que, a partir do século XIX, a aplicação da punição penal e da prisão sofreu um deslocamento do foco jurídico. Em vez de focar estritamente no ato infracional (a infração efetiva à lei), o sistema passa a girar em torno da avaliação do próprio sujeito e de seu risco potencial para a sociedade. Tal raciocínio diz respeito diretamente à noção foucaultiana de:

- a) Periculosidade.
- b) Panoptismo.
- c) Gaslighting institucional.
- d) Interseccionalidade prisional.
- e) Epistemologia do Testemunho.

57. Com a aprovação da Resolução CNJ nº 288/2019, adotou-se a política institucional de promoção de alternativas penais com **ênfase restaurativo**. A Justiça Restaurativa se apoia em pilares que a diferenciam substancialmente do modelo punitivo-retributivo clássico. São considerados elementos ou pilares centrais da Justiça Restaurativa:

- a) A punição exemplar do ofensor, o isolamento comunitário e a reparação exclusivamente pecuniária à vítima.
- b) A reparação e satisfação das necessidades da vítima, a conscientização (engajamento na busca do consenso) e a responsabilização do ofensor e sua reconciliação com a comunidade.
- c) O perdão compulsório por parte da vítima, a desresponsabilização do agressor por se tratar de problema sistêmico e a celeridade do rito sumaríssimo.
- d) A mediação com o objetivo prioritário de reduzir o encarceramento, focado nos interesses estatais de contenção de gastos carcerários.
- e) A transferência do poder de julgamento e definição da sentença penal para a comunidade local, ignorando o controle judicial.

58. Em um caso que investiga uma suspeita de violência sexual intrafamiliar, a psicóloga do Tribunal de Justiça decide empregar a técnica da Entrevista Investigativa/Forense (como o modelo Cognitivo ou o PEACE). O objetivo e a postura técnica corretos dessa modalidade de entrevista, segundo a literatura psicológica no âmbito jurídico (Rovinski; MP/AP), consistem em:

- a) Auxiliar a criança a processar o trauma de forma terapêutica através da expressão emocional lúdica.
- b) Extrair uma confissão do suspeito utilizando perguntas fechadas e táticas de pressão psicológica e cruzamento de contradições.
- c) Buscar prioritariamente a elucidação dos fatos e obter o máximo de informações fidedignas (quem, o que, quando), utilizando perguntas abertas,

respeito ao estágio de desenvolvimento da criança e minimização de sugestões ou falsas memórias.

- d) Preparar a criança com antecedência, fornecendo-lhe o contexto do processo judicial para que o seu "depoimento especial" tenha coerência técnica para o juiz.
- e) Fazer uso de material projetivo como instrumento principal e infalível, uma vez que a memória infantil não é sujeita a alterações ou sugestionabilidades.

59. Durante a instrução de um processo, a memória da testemunha constitui um dos principais meios de prova. No entanto, a Psicologia do Testemunho adverte que a memória humana é reconstrutiva e não uma "câmera de vídeo". Considerando os fenômenos associados à evocação de informações, o conceito de **falsas memórias** baseia-se na ideia de que:

- a) A memória se desvanece por completo com as emoções negativas, restando apenas a intenção consciente da testemunha de mentir (mitomania).
- b) No momento da recuperação, os traços de essência (significado geral do evento) podem se sobrepor aos traços literais (detalhes precisos), levando à recordação de eventos que são consistentes com o contexto, mas que de fato não ocorreram.
- c) O indivíduo em estresse sempre sofre amnésia total do evento traumático, preenchendo as lacunas com informações fornecidas exclusivamente pela autoridade policial.
- d) As falsas memórias são sinônimos de pseudologia fantástica, na qual há uma busca consciente por aprovação social mediante relatos heroicos.
- e) Crianças são imunes à implantação de falsas memórias devido à falta de consolidação do superego, enquanto adultos são altamente sugestionáveis.

60. Joana, mulher negra residente em área periférica, sofre violência doméstica do companheiro há anos. Recorrentemente, após episódios em que ele a xinga, controla seu dinheiro e a agride fisicamente com empurrões, o companheiro chora, pede perdão, traz-lhe presentes e promete que isso jamais se repetirá. Durante algum tempo o casal vive pacificamente, até que tensões banais voltam a gerar brigas e novas agressões. Segundo as teorias sobre violência de gênero, a dinâmica vivida por Joana descreve perfeitamente o fenômeno de:

- a) Síndrome de Estocolmo conjugal.
- b) Masoquismo feminino primário.
- c) Alienação parental estrutural.
- d) Ciclo da Violência (aumento da tensão, ato de violência e lua de mel/arrependimento).
- e) Codependência com traços de pseudologia fantástica.

61. No Código Penal Brasileiro, o critério de aferição adotado para estabelecer a **inimputabilidade penal** por transtorno mental é o sistema:

- a) Exclusivamente psicológico, analisando apenas a vontade consciente do indivíduo no momento do ato.
- b) Exclusivamente biológico, bastando a apresentação de laudo que ateste a existência clínica do transtorno.
- c) Sociológico, no qual as raízes da desigualdade social justificam e atenuam o ato criminoso.
- d) Misto ou Biopsicológico, que avalia a existência da doença mental e se, no momento do crime, o sujeito era inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.
- e) Preventivo primário, o qual extingue a pena se o infrator nunca tiver tido acesso à rede de saúde mental.

62. Ao prestar atendimento a uma mulher que relatou severas violências e tentativas de estrangulamento por parte de seu ex-cônjuge (o qual tem acesso a arma de fogo e demonstra comportamento perseguidor), a psicóloga de um equipamento público avalia a necessidade de intervenção imediata, contrariando o desejo inicial da vítima de não denunciar. Com base nas orientações técnicas do CFP sobre notificação compulsória e comunicação externa em casos de violência:

- a) O sigilo psicológico é absoluto, portanto a profissional não poderá acionar os órgãos de persecução penal sem a anuência escrita da vítima, restringindo-se à notificação epidemiológica.
- b) Trata-se de um indicativo de alto risco de feminicídio; nessa condição de grave risco à integridade da mulher, a psicóloga está respaldada eticamente para realizar a comunicação externa a órgãos de proteção (ex: Polícia, MP), configurando a quebra de sigilo baseada no menor prejuízo.
- c) A psicóloga deverá aplicar o protocolo de *Gaslighting*, isolando a mulher temporariamente até que o agressor aceite participar de mediação familiar obrigatória.
- d) A comunicação externa só pode ocorrer se houver comprovação prévia de lesão corporal através do exame de corpo de delito no IML.
- e) A notificação compulsória deve ser encaminhada diretamente ao agressor para promover a conscientização de seus atos antes de envolver a justiça.

63. Na perspectiva dos estudos de gênero e da identificação de dinâmicas de violência psicológica e opressão comunicacional, avalie a seguinte situação: Uma profissional expõe um argumento técnico em uma reunião, mas é repetidamente silenciada por um colega masculino, que a impede de concluir seu raciocínio de forma recorrente, dominando a fala. O conceito cunhado pelo campo feminista para descrever essa interrupção sistêmica que deslegitima a participação da mulher é:

- a) Gaslighting.
- b) Mansplaining.
- c) Manterrupting.
- d) Revenge porn.
- e) Silenciamento.

64. De acordo com o Código Penal Brasileiro, o crime de **infanticídio** ocorre quando a mãe mata o próprio filho durante o parto ou logo após. Para a caracterização legal e psicológica que distingue esse crime do homicídio simples ou qualificado, é **imprescindível** que o ato tenha sido motivado ou influenciado por:

- a) Transtorno de Personalidade Antissocial.
- b) Depressão pós-parto severa, que é uma condição crônica diagnosticada meses após o nascimento.
- c) Fatores estritamente socioeconômicos que incapacitam a mulher a criar o bebê.
- d) Estado puerperal (perturbação psíquica transitória ligada ao trauma fisiopsicológico do parto).
- e) Desejo deliberado de ocultar desonra ou por violência obstétrica sofrida no hospital.

65. A assistência ao "louco infrator" passou por profundas reflexões após a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/01). Considerando essa política e a transição do modelo manicomial, assinale o dispositivo e/ou diretriz que se tornou o horizonte terapêutico para pacientes submetidos à medida de segurança:

- a) O tratamento focado na segregação perene do paciente em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de segurança máxima.
- b) A execução das medidas preferencialmente baseadas na internação asilar compulsória, até que o perito ateste a "cura definitiva" do transtorno.
- c) A adoção do modelo antimanicomial e da atenção psicossocial com reinserção na comunidade através de Serviços Residenciais Terapêuticos e meio aberto.
- d) A exclusão total de psicólogos do exame pericial criminológico, reservando-o estritamente aos médicos legistas para aferir a periculosidade inata.
- e) A imposição de penas restritivas de liberdade comuns a esses sujeitos, já que a figura da medida de segurança foi abolida do ordenamento brasileiro em 2001.

66. No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os conceitos de **vulnerabilidade** e **risco social** orientam as ações das equipes de referência. A distinção conceitual correta assumida pelos autores sobre a proteção social aponta que:

- a) A vulnerabilidade é uma falha moral individual, enquanto o risco é um fenômeno unicamente genético e patológico.
- b) A vulnerabilidade diz respeito à condição dos indivíduos e suas dificuldades de acesso a direitos e renda, enquanto o risco refere-se às fragilidades da sociedade e violações já emergentes ou estabelecidas pela falta de prevenção.
- c) O risco social é inerente apenas às classes abastadas devido ao consumismo, enquanto a vulnerabilidade é sinônimo de infração penal juvenil.
- d) Fatores de proteção são estímulos estressores que aumentam a probabilidade de reincidência infracional nos territórios de abrangência do CRAS.
- e) Ambos os termos são sinônimos perfeitos na legislação do SUAS e designam crianças que necessariamente devem ser institucionalizadas.

67. Na atuação do psicólogo em perícias do âmbito trabalhista, a análise do adoecimento mental do servidor frequentemente envolve o conceito da **Classificação de Schilling**. Se o psicólogo constatar, após rigorosa análise de nexos, que o trabalho atua como fator desencadeante de um distúrbio psiquiátrico latente (por exemplo, pressão abusiva desencadeando um episódio de depressão preexistente), essa condição se enquadra juridicamente e segundo Schilling como:

- a) Doença Profissional inerente, Grupo I (Nexo causal direto e exclusivo).
- b) Doença Relacionada ao Trabalho, Grupo III (Concausalidade ou fator desencadeante/agravante).
- c) Acidente de Trabalho de Trajeto, com Dano Moral puro, sem dano psicológico aferível.
- d) Simulação laborativa por interesse pecuniário primário.
- e) Doença do Trabalho Absoluta, Grupo I, em que a atividade atua como causa necessária e única.

68. No campo da segurança pública e execução penal, a Resolução CFP nº 012/2011 dispõe sobre a prática do psicólogo no sistema prisional. Visando à garantia dos direitos humanos, a postura ética exigida do profissional deve se concentrar em:

- a) Elaborar laudos de "prognósticos criminológicos" predizendo com certeza a futura reincidência do sujeito ou a sua regeneração, baseando-se no binômio delito-delinquente.
- b) Focar no controle e na subordinação disciplinar do preso, atuando como braço auxiliar da direção na aplicação de castigos.
- c) Desconstruir o conceito de que o crime está ligado unicamente à patologia ou à história individual, focando nas estratégias de fortalecimento dos laços sociais para o resgate da cidadania.
- d) Empregar testes psicológicos para catalogar e separar os indivíduos nas galerias, diagnosticando em massa para fins estatísticos carcerários.

e) Diagnosticar transtornos antissociais para basear e aprovar a regressão do regime aberto para o fechado, assegurando o panoptismo descrito por Foucault.

69. A elaboração do Laudo Psicológico em processos judiciais passou a se alinhar às determinações do Novo Código de Processo Civil (NCPC) e da Resolução CFP nº 006/2019. Na redação desse documento de caráter pericial, o perito **deve**:

- a) Utilizar linguagem na primeira pessoa do singular, narrando as angústias pessoais do perito a fim de humanizar o judiciário.
- b) Fazer transcrições literais exaustivas de todas as falas do paciente para garantir que o magistrado tenha o conteúdo integral das sessões.
- c) Evitar apresentar referências bibliográficas para que o documento não pareça acadêmico demais ao leitor leigo.
- d) Ser impessoal, pautando-se em linguagem técnica-científica denotativa de padrão culto, restringindo as informações apenas ao necessário para responder à demanda ou quesitos.
- e) Aferir a periculosidade objetiva do indivíduo, assumindo um modelo institucional que determine obrigatoriamente as medidas de segurança ou sanções penais que o juiz deve aplicar.

70. Na área da Psicologia Investigativa, a metodologia do *Criminal Profiling* (Perfil Criminal) desponta como recurso auxiliar a investigações difíceis. O principal objetivo dessa técnica, fundamentada nas teorias do comportamento criminal, consiste em:

- a) Atestar a inimputabilidade de um sujeito já réu confesso no tribunal do júri.
- b) Fazer a interdição psiquiátrica de suspeitos que apresentem traços do grupo B da personalidade.
- c) Analisar a cena do crime, os vestígios comportamentais e a vitimologia para deduzir traços psicológicos, demográficos e sociais de um agressor ainda desconhecido, restringindo a lista de suspeitos.
- d) Realizar terapia focada em reestruturação cognitiva de delatores (informantes) do crime organizado.
- e) Atuar preventivamente na escola primária a fim de neutralizar adolescentes com fenótipos agressivos inatos.

PSICOLOGIA EDUCACIONAL, SAÚDE MENTAL

Priscila Batista

71. A atuação do psicólogo na escola é um recurso importante para promover o desenvolvimento e enfrentar dificuldades de aprendizagem e convivência, articulando ações com estudantes, docentes, famílias e rede de proteção.

Entre as atribuições do psicólogo no contexto escolar, encontra-se

- a) a realização de psicoterapia continuada com os alunos que apresentem queixas de comportamento, como estratégia central de intervenção.
- b) a assessoria à equipe pedagógica para análise das demandas escolares voltadas ao processo de ensino e às relações escolares.
- c) a emissão de diagnóstico psiquiátrico e prescrição de condutas clínicas para orientar o trabalho docente em sala de aula.

d) a aplicação de testes psicológicos para classificar alunos por níveis de capacidade e definir turmas homogêneas.

e) a substituição da gestão escolar na condução disciplinar, aplicando sanções e definindo medidas punitivas para garantir obediência às normas.

72. A teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel destaca o papel dos conhecimentos prévios (subsunçores) e da organização do conteúdo para a construção de novos significados.

Sobre a teoria de Ausubel, assinale a afirmativa correta.

- a) A aprendizagem significativa ocorre prioritariamente por descoberta, com mínima intervenção do professor, pois a construção do conhecimento depende de tentativa e erro.
- b) A aprendizagem significativa é obtida pela repetição e pelo reforço de respostas corretas, de modo que a memorização garanta compreensão duradoura.
- c) A aprendizagem significativa ocorre quando novas informações se ancoram em conhecimentos prévios relevantes; organizadores prévios e boa estruturação do conteúdo podem favorecer essa integração, inclusive em ensino por recepção.
- d) A aprendizagem melhora quando o ensino evita mobilizar conhecimentos prévios, pois eles tendem a distorcer a assimilação do novo conteúdo.
- e) A aprendizagem significativa se caracteriza por memorização literal de conceitos, sendo a compreensão uma consequência automática da repetição.

73. O fracasso escolar é um fenômeno complexo e multifacetado, relacionado a condições sociais, históricas e institucionais que atravessam a trajetória do estudante.

As opções a seguir apresentam fatores sociais/institucionais que podem aumentar a probabilidade de fracasso escolar, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Transtorno da aprendizagem, entendido como condição do neurodesenvolvimento.
- b) Racismo, discriminação e baixas expectativas escolares dirigidas a determinados grupos.
- c) Pobreza, insegurança alimentar e precariedade de moradia.
- d) Trabalho infantil, sobrecarga de tarefas domésticas e falta de tempo para estudo.
- e) Práticas pedagógicas excludentes, avaliação meramente classificatória e ausência de apoio escolar sistemático.

74. Sobre fatores de risco e de atenção na avaliação psicológica no contexto escolar, avalie os itens a seguir.

- I. Queixas persistentes de aprendizagem e/ou comportamento devem ser analisadas considerando o contexto escolar, as práticas pedagógicas e as barreiras institucionais que podem produzir ou manter o problema.
- II. A avaliação deve incluir articulação com família e escola, levantamento da trajetória escolar e observação/escuta em diferentes contextos, evitando reduzir a demanda a diagnóstico individual imediato.
- III. Dificuldades escolares são amplamente associadas a transtornos do desenvolvimento, de modo que a avaliação psicológica auxilia no diagnóstico e no encaminhamento clínico.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.

- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

75. Sobre a Atenção Psicossocial na Rede de Atenção Psicossocial, assinale a opção que indica uma estratégia que pode ser implementada como proteção para pessoas idosas em sofrimento psíquico, no território.

- a) Encaminhamento para internação psiquiátrica como medida preferencial, juntamente com o acompanhamento pela Atenção Básica.
- b) Oferta de consultas especializadas, em articulação com a rede e ações territoriais.
- c) Realização de palestras voltadas à prevenção em saúde, com foco nas estratégias de saúde da família, focando no seguimento em rede.
- d) Encaminhamento para atividades nos serviços residenciais terapêuticos voltados ao acolhimento da pessoa idosa no território.
- e) Acolhimento e acompanhamento longitudinal, com articulação com CAPS e ações comunitárias no território.

76. João, 32 anos, usuário conhecido da RAPS, chega à UPA em crise com agitação psicomotora, discurso desorganizado e recusa inicial de avaliação. A família solicita “internação longa” em hospital psiquiátrico para “evitar novas crises”. A equipe multiprofissional debate a conduta, considerando a Reforma Psiquiátrica brasileira e os princípios da bioética.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) O princípio da autonomia orienta considerar a recusa do usuário e, quando possível, buscar sua participação nas decisões, priorizando intervenções voluntárias e pactuadas.
- b) O princípio da beneficência pode fundamentar a indicação de internação mais prolongada como estratégia de proteção, especialmente quando a família relata dificuldades para manejar o cuidado no território.
- c) A Reforma Psiquiátrica orienta cuidado em liberdade e na rede territorial, com construção de PTS; a internação pode ser indicada em situações específicas, de forma breve e articulada ao CAPS e demais pontos da RAPS.
- d) A não maleficência sugere reduzir a exposição do usuário a discussões e decisões durante a crise, favorecendo decisões conduzidas pela equipe até estabilização do quadro.
- e) O princípio da justiça recomenda organizar fluxos para garantir acesso rápido a leitos, de modo a manter a capacidade de atendimento da urgência e a continuidade do cuidado após a alta.

77. Segundo Paulo Amarante, a Reforma Psiquiátrica pode ser analisada por diferentes dimensões (teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural), que se articulam, mas não se confundem.

Em um município, foram planejadas as seguintes ações no campo da saúde mental. O que caracteriza mais diretamente a dimensão teórico-conceitual da Reforma, seria

- a) a implantação dos CAPS, fortalecimento do cuidado territorial e reorganização do fluxo de crise, com priorização do Projeto Terapêutico Singular e redução de internações prolongadas.
- b) a regulamentação municipal de direitos e garantias do usuário, com normas de proteção contra práticas coercitivas e criação de mecanismos formais de controle social.
- c) a realização de mostras culturais, cine-debates e ações públicas voltadas à desconstrução do estigma, ampliando a circulação social da pessoa em sofrimento psíquico.
- d) a produção crítica de referenciais sobre loucura/sofrimento psíquico, questionando categorias como cronicidade e periculosidade e reformulando a compreensão do objeto e das finalidades do cuidado.
- e) a implementação de oficinas de geração de renda e iniciativas de inclusão social no território, articuladas a redes comunitárias e intersetoriais.

ÉTICA*Thayse Duarte*

78. Durante a instrução de um processo que envolve disputa de guarda, o psicólogo clínico Rodrigo, que atende há meses a mãe da criança de forma contínua, é surpreendido pelo advogado desta, que o indica formalmente como Assistente Técnico da parte. Frente ao Código de Ética e à Resolução CFP nº 008/2010, a conduta correta do psicólogo Rodrigo é:

- a) Aceitar a indicação, pois possuir vínculo terapêutico anterior garante um entendimento dinâmico mais aprofundado, beneficiando a qualidade de seu parecer técnico e ajudando o juízo.
- b) Aceitar a indicação apenas se o ex-cônjuge e o Ministério Público autorizarem formalmente.
- c) Recusar o encargo, visto ser vedado atuar como assistente técnico de pessoa já atendida por ele em psicoterapia na mesma situação litigiosa, de modo a preservar a intimidade e a neutralidade.
- d) Abandonar de imediato os atendimentos clínicos e migrar seu contrato apenas para o contexto de assistente técnico, garantindo isenção total.
- e) Realizar o trabalho, desde que promova avaliações conjuntas com o perito nomeado pelo juiz para evitar vieses em seu parecer.

79. Mônica atua como psicóloga no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Após receber aprovação em outro concurso público, solicita exoneração do seu cargo. Mônica tem em seu poder diversos relatórios de evolução, notas de sessões e arquivos psicológicos confidenciais dos usuários que acompanhava. Em conformidade com o Art. 15 do Código de Ética Profissional (Res. 10/2005), ela deverá:

- a) Entregar todos os arquivos para a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura para que fiquem nos arquivos gerais e públicos.
- b) Destruir integralmente o material em trituradora para garantir que o sigilo seja inviolável e absoluto após sua saída.

c) Repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-la ou, caso não haja substituto imediato, lacrar os arquivos para utilização posterior por outro psicólogo.

d) Enviar todas as pastas para a sede do Conselho Regional de Psicologia de seu estado, que passará a ser o custodiante legal definitivo do CRAS.

e) Levar cópias dos materiais em seu acervo pessoal e transferir os originais para os próprios usuários, encerrando as intervenções.

80. Um psicólogo de uma Vara de Execução Penal percebe, em seus atendimentos, que um detento planeja de modo pormenorizado e crível assassinar outro preso que o ameaçou de morte na mesma galeria, com risco iminente de concretização. O psicólogo decide relatar o caso à direção da unidade prisional para preservar as vidas envolvidas, violando o princípio irrestrito do sigilo das sessões. À luz do Código de Ética Profissional (Art. 9º e 10º), a decisão do psicólogo:

a) Constitui infração gravíssima, passível de cassação, pois o sigilo no contexto psicoterápico ou avaliativo é absoluto e nunca admite exceção, independentemente do risco à vida.

b) Está respaldada eticamente, pois, em casos de conflito entre a manutenção do sigilo e os Princípios Fundamentais (como a proteção da vida humana), o psicólogo pode quebrar o sigilo com base na busca do menor prejuízo, restringindo-se às informações estritamente necessárias.

c) É um equívoco técnico, pois ele deveria comunicar o fato exclusivamente ao Ministério Público Federal, e nunca à direção de segurança do estabelecimento prisional.

d) Caracteriza negligência, já que o profissional deveria atuar com neutralidade e sigilo e aguardar a consumação do ato para analisá-lo pericialmente no exame criminológico.

e) É correta na essência, mas para fazê-lo ele precisaria de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do detento que faria o ataque.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
